

Orçamento da Ação Social e Saúde será votado hoje

A Comissão Mista de Orçamento do Congresso deve concluir hoje a apreciação e votação dos relatórios parciais que ainda restam para serem aprovados. Após a aprovação, ontem, dos orçamentos da área de Educação e do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), serão votados hoje os orçamentos dos Ministérios da Ação Social e da Saúde, além do texto da lei orçamentária, já "fechado" pelos membros.

Um acordo firmado pela manhã pôs fim ao impasse instalado segunda-feira na comissão, relativo ao orçamento da área de Educação. Ficou decidido que a dotação orçamentária do Ministério da Educação será encaminhada ao relator-geral, Ricardo Fiuza (PFL/PE) como foi enviado pelo Governo, e o orçamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) foi aprovado com algumas ressalvas, a serem apreciadas por Fiuza.

Os parlamentares do PT foram contrários ao acordo, alegando que o ensino fundamental precisa de mais recursos do que os destinados pelo Governo e a distribuição de verbas, como está estabelecida, atenta contra o que dispõe a Constituição e a Lei de Diretrizes Orçamentárias. "O Governo não está cumprindo a determinação de aplicação de 18 por cento do arrecadado com

impostos em educação", denunciou o deputado Eduardo Jorge (PT/SP), afirmando que, dentro da previsão de arrecadação, da ordem de Cr\$ 9 trilhões, foram propostas Cr\$ 1,5 trilhão. "Falta o repasse de Cr\$ 124 bilhões", afirmou o deputado.

Para o senador João Calmon (PMDB/ES), relator do orçamento do Ministério da Educação, "nunca se cumpriu a destinação constitucional para investimentos em educação nesse país". Ele admite, entretanto, que os cálculos dos deputados petistas podem estar equivocados, caso tenham incluído na arrecadação tributária as contribuições e taxas, que não fazem parte da categoria firmada pela Constituição. "O deputado Fiuza terá que equacionar esta questão", concluiu.

Já o relatório do orçamento do DNER foi aprovado sem maiores percalços e com apenas alguns ajustes. Seu relator, o deputado Sérgio Guerra, argumentou que havia utilizado como critério principal para a realocação dos recursos a necessidade de recomposição da malha rodoviária, que recebeu a fatia maior do bolo — Cr\$ 203 bilhões. Para a conservação e construção de rodovias foram destinados Cr\$ 136,5 bilhões, sendo que estados com maior concentração de rodovias federais, como Minas Gerais, receberam maior verba.